

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 - CTG

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de conhecer os produtos e serviços oferecidos no âmbito do Programa Interlegis às casas legislativas estaduais, distrital e municipais, especialmente quanto à contribuição para a transparência e a governança pública dessas instituições.

Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado:

Antônio Helder Medeiros Rebouças, Diretor-Executivo do

Instituto
Legislativo Brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO

O Interlegis, programa executado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal, existe desde 1997. Operou em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), até o encerramento do acordo de empréstimo entre as duas instituições, em abril de 2015. Seu objetivo é fortalecer o Poder Legislativo brasileiro por meio do estímulo à modernização, integração e cooperação das casas legislativas nas esferas federal, estadual e municipal. Para isso, disponibiliza gratuitamente vários produtos e serviços para as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, como cursos a distância, treinamentos



SF/15893.92485-00

presenciais e ferramentas tecnológicas, entre as quais se destacam o Portal Modelo e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo.

No âmbito da Comissão de Transparência e Governança Pública, um dos temas a ser tratado é a difusão e o incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos, e apoio a Estados e Municípios na implantação desses meios (art. 104-E, V, do Regimento Interno do Senado Federal). Nesse sentido, requeiro a presente audiência pública com o objetivo de conhecer e apresentar à sociedade os produtos e serviços oferecidos no âmbito do Programa Interlegis às casas legislativas estaduais, distrital e municipais, especialmente quanto à contribuição para a transparência e a governança pública dessas instituições.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2015.

Senador Paulo Bauer
Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública



SF/15893.92485-00